



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Notas sobre mobilidade Mbya-Guarani em Misiones, Argentina: deslocamentos, parentes e relações

Autoria: Luna Mendes dos Santos (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este work deriva de um primeiro movimento de sistematização dos materiais etnográficos de minha pesquisa de doutorado junto aos Mbya-Guarani em Misiones, Argentina (na tríplice fronteira). Apresento aqui diferentes narrativas sobre vínculos e fronteiras transnacionais. Nas aldeias onde work é rotineira a presença, passageira ou não, de pessoas vindas de outros países ou cidades. Procuo desenvolver aqui o modo como estes territórios são atravessados e constituídos por redes de relações que compõem um repertório de mobilidades possíveis que envolve parentesco e amizades. As questões territoriais costumam vir acompanhadas da presença, ou da memória, de relações entre pessoas que ativam mobilidades possíveis. Nas aldeias da cidade de Puerto Iguazu, as conversas constantemente mencionam comparações que salientam semelhanças ou diferenças entre questões idiomáticas, territoriais, ambientais e políticas entre os três países. Seja sobre o modo de falar, aquilo que fazem, ou os problemas de cada região. Nesse contexto também aparecem moralidades e questões relacionadas às condições de existência nos diferentes lugares. Nesse tópico a paisagem costuma ganhar centralidade em uma comparação entre os campos de soja que tornam a vida difícil do lado paraguaio em oposição à mata do lado argentino, esse contraste é acompanhado de uma análise dos campos como o avanço e sobreposição do mundo juruá (branco) sobre o mundo da mata mbya. O desmatamento da zona de floresta das aldeias do lado brasileiro, mais próximas da cidade de Foz do Iguazu, são descritos com tristeza e comparados a um passado não tão distante onde lá também era mata. Neste work exploro ainda o modo como as questões relativas a Itaipu dificilmente são lembradas constituindo um tema sobre o qual se evita falar.



Reunião Brasileira de Antropologia

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: